



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9 / DSF-II



**PROCESSO** : TC-022677.989.21-2  
**MENCIONADA** : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA  
**ASSUNTO** : OFÍCIO Nº 3004/2021 - EXPPGJ, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021 PROCESSO SEI Nº 29.0001.0223397.2021-31 IC 14.0281.77/2021 ASSUNTO: OFÍCIO Nº 462/2021 ANEXO, SOLICITA INFORMAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO EM TRÂMITE PARA ACOMPANHAR AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA PARA ADEQUAÇÃO DAS IRREGULARIDADES NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA APONTADAS NA ANÁLISE DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017  
**INSTRUÇÃO** : UR-9 – SOROCABA / DSF-II

---

Senhor Diretor Técnico de Divisão da UR-9,

O processado em comento versa sobre remessa a esta E. Casa do Ofício nº 3.004/2021-EXPPGJ, subscrito pelo Excelentíssimo Doutor Mário Luiz Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, encaminhando o Ofício nº 462/2021, subscrito pela Doutora Luciana de Fátima Carboni Rodrigues Abramovich, Promotora de Justiça de Ibiúna, solicitando informações sobre as providências adotadas pela Prefeitura de Ibiúna para adequação das irregularidades na área de saúde apontadas na análise das contas de 2017.

Em atendimento à determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues (**Evento 75.1**), o presente feito retornou a esta Unidade Regional de Sorocaba para informar.

Destacamos a realização da visita *in loco*, relativa às Contas do Exercício de 2021 da Prefeitura Municipal de Ibiúna, entre 25/07/2022 e 27/07/2022, cujo relatório encontra-se encartado no **Evento 55.45** do **TC-007201.989.20-9**.

No tocante às questões pugnadas pelo D. *Parquet*, destacamos o apurado pela Fiscalização, a saber (**TC-007201.989.20-9 – Evento 55.45 – fls. 45/46 e 58**):

- Nenhuma unidade de saúde do município possuía AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9 / DSF-II**



Bombeiros), contrariando o Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuíam alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária<sup>1</sup>, contrariando Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- O Município possuía onze equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF em atividade, e pleiteia, atualmente, perante o Ministério da Saúde a implantação de mais catorze (na modalidade de Equipe de Atenção Primária – EAP), para cobertura de toda a população local;
- Durante nossa inspeção *in loco*, fomos informados do regular funcionamento de todas as Salas de Vacinação nas Unidades Básicas de Saúde de Ibiúna durante os dias úteis da semana.

Implementadas as abordagens devidas, temos como suprida a r. determinação endereçada (**Evento 75.1**), motivo pelo qual propomos a remessa do presente ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, para conhecimento e prosseguimento.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.3 - Sorocaba, 26 de setembro de 2022.

Vinicius Antonio Jardim Galluzzi  
Chefe Técnico da Fiscalização

---

<sup>1</sup> Apenas três estabelecimentos (de um total de 27) possuíam o alvará ao final de 2021.